

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER Nº 038 /2021

CM Parauapeçu Paulista  
Protocolo: 031432  
Data/Hora: 25/05/2021 09:41:17  
Responsável: OnP

**Assunto: Projeto de Lei nº 033/2021**

Trata-se de parecer ao Projeto de Lei nº 033/2021, de autoria do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Antônio Takashi Sasada, o qual visa alterar a Lei Municipal nº 3.106, de 11 de abril de 2017, para transferir a coordenação do Programa Adote Uma Praça ao Departamento Municipal de Urbanismo e Habitação.

O projeto se enquadra quanto aos aspectos de iniciativa e competência, nos termos dos artigos 70, inciso VII, 152 e 231, inciso I, alínea "b" da Lei Orgânica do Município:

**"Art. 70 - Compete, privativamente, ao Prefeito:**

*VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração municipal, na forma da lei;*

**Art. 152 - O meio ambiente ecologicamente equilibrado constitui bem público de uso comum do povo, impondo-se ao governo municipal o dever de defendê-lo e preservá-lo.**

**Art. 231 - Ao Município compete:**

*I - gerenciar e executar as políticas e os programas que integrem com a saúde individual e coletiva, nas áreas de:*

*b) saneamento e meio ambiente;"*

A propositura atende também os termos do art. 55, caput da Lei Orgânica do Município, art. 200, inciso IV do Regimento Interno da Casa, c/c art. 30, inciso I, da Constituição Federal:

**"LOM - Art. 55 - A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, a Mesa Diretora, a qualquer Comissão Permanente da Câmara de Vereadores, ao Prefeito e aos eleitores do Município."**

**"RI - Art. 200 - Projeto de Lei é a proposição que tem por fim regular toda a matéria de competência da Câmara e sujeita a sanção do Prefeito.**

**Parágrafo único - A iniciativa dos Projetos de Lei será:**

*I - Do Vereador;*

*II - Da Mesa;*

*III - Das Comissões Permanentes;*

**IV - Do Prefeito;**

*V - De, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado.*

**"C.F. - Art. 30 Compete aos Municípios:**

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;"*

Isto posto e constando ainda de regularidade quanto aos aspectos gramaticais e regimentais, o presente Projeto de Lei é **legal**, face às normas vigentes, podendo ter regular tramitação e apreciação pelo Egrégio Plenário.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 25 de maio de 2021.

  
**MELISSA RITTI MARANEZZI NASCIMENTO**  
Procuradora Jurídica Interina